

RELATÓRIO DA OFICINA DE REFLEXÃO SOBRE SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA OS POVOS DO CORREDOR ETNO AMBIENTAL TUPI MONDÉ.

Maria Barcellos
Chicoepáb Suruí

INTRODUÇÃO

O tema dos pagamentos por serviços ambientais envolve aspectos complexos e por essa razão se faz urgente e necessário conscientizar e capacitar as comunidades locais que podem ser beneficiárias dessa nova possibilidade. É de grande importância que esse novo mecanismo, potencialmente capaz de gerar novas fontes de recursos para a conservação da biodiversidade e melhoria dos meios de sustentação das comunidades locais, seja bem compreendido, para que essas populações não se aventurem em processos equivocados.

OBJETIVO PRINCIPAL

Trazer esclarecimentos sobre o tema dos serviços ambientais e salvaguardas sócio ambientais, buscando orientar as lideranças indígenas para tomada de decisão informada sobre o tema. Pretende refletir sobre como o manejo dos serviços ambientais em TIs pode ser reconhecido pelos poderes públicos e fontes financiadoras. A oficina não tem o objetivo de estimular, nem criar expectativas para as comunidades indígenas elaborar projetos para o mercado e sim trazer a discussão sobre serviços ambientais para um plano mais esclarecedor e realista.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Terça-feira, 18 fevereiro 2014		
08h00- 09h45	<p>Boas vindas e Abertura</p> <p>Composição da mesa de abertura: (Almir (METAREILÁ), Beto Borges (FOREST TRENDS), Israel (KANINDÉ), Mariano Cenamo (IDESAM), Vasco (ECAM), Parlamento , Miguel (Articulação Indígena), Heliton Gavião (COORDENADORIA INDIGENA ESTADUAL), Érica (FUNDO VALE), Urariwe (FUNAI), autoridades presentes.</p> <p>Fala de 2 minutos para cada representante</p> <p>Apresentação dos participantes- Nome, Terra Indígena e Expectativa do Encontro.</p> <p>Desfazer a mesa</p>	Condução do evento: CHICOEPÁB
09h45a 10.00	A Forest Trends e objetivos e expectativas para a oficina	BETO BORGES
10h00- 10h30	Intervalo	
10h30 –11h30	NOSSAS TERRAS – O Corredor etno-ambiental Tupi-Mondé (Conceito de Corredor etno ambiental; reconhecimento do território do corredor Tupi Mondé: localização, povos que habitam, línguas etc).	NEIDINHA/HELINTONGAVIÃO
11h30 –12h00	Abertura para discussão e esclarecimentos.	
12h00 –14h00	Intervalo para almoço e descanso	
14h00 –15h00	Serviços ambientais no Corredor Tupi Mondé (o que a floresta oferece; o que usamos da floresta, como vivemos na floresta, por que é importante para nossos povos manter a integridade da floresta e o que fazemos para protegê-la).	MARIA/BETO
15h00 -15h30	Atividade com grupos por etnia: Reflexão e atividades práticas.	
15h30-16h00	Intervalo	
16h00-16h45	As Mudanças climáticas - O que é e como começou e como está atualmente - Visão da ciência	DEMIAN
16h45-17h30	Trabalho em grupos - A visão indígena	
17h30	Encerramento das atividades do dia	
Quarta-feira, 19 fevereiro 2014		
08h00 -08h30	Abertura do dia	CHICOEPÁB

	Reverdo ontem Onde vamos hoje?	
08h30-09h15	Compensação por serviços ambientais: Tipos de compensação: mercados, pagamentos e outros Quem paga e por quê?	BETO/REBECCA
09h15-10h00	Dúvidas e esclarecimentos sobre o tema - Discussão	
10h00-10h15	Intervalo	
10h15-10h45	Gestão territorial e serviços ambientais no contexto do PNGATI.	URARIWE/ GILBERTO/VANDERLEI
10h45-11h00	Dúvidas e esclarecimentos - Discussão	
11h00-11h30	Políticas de REDD e PSA em Rondônia – (Sec. Do Meio Ambiente de Rondônia)	ELIEZER/HELITON GAVIÃO/EDJALES
11h30-12h00	Dúvidas, esclarecimentos e discussão	
12h00-14h00	Intervalo para almoço	
14h00- 14h30	Oportunidades e riscos para comunidades participarem em projetos de compensação por serviços ambientais – Salvaguardas sócio ambientais	HEBERTON/VASCO
14h30-15h00	Dúvidas e esclarecimentos - Discussão	
15h00-15h30	Direitos Humanos: Consentimento Livre, Prévio e Informado	BETO/DEMIAN
15h30-15h45	Dúvidas, esclarecimentos e discussão	
15h45-16h00	Intervalo	
16h00-17h00	REDD+ (O que é REDD+? O que não é	HEBERTON
17h00-17h30	Dúvidas, esclarecimentos e discussão	
17h30	Encerramento das atividades do dia	
Quinta-feira, 20 fevereiro 2014		
08h00-8h30	Abertura do dia Reverdo ontem Onde vamos hoje?	CHICOEPÁB
8h30-9h30	Entendimento, experiências e reflexões dos povos indígenas no Corredor Tupi Mondé sobre Serviços Ambientais, REDD, Carbono (Participação das lideranças indígenas).	ALMIR/MIGUEL/HELITON/CHI COEPÁB/MARCELO C. LARGA/JULIO.
10h00-10h30	Intervalo	
10h30-11h30	Projeto Carbono Surui (Como começou? Como se desenrolou? Por que é importante? Lições aprendidas; Estado atual)	ALMIR SURUI
11h30-12h00	Dúvidas e esclarecimentos	
12h00-14h00	Intervalo para Almoço	
14h00-14h45	Serviços ambientais e gestão territorial indígena (Aplicação da teoria na prática) -	VASCO/
14h45-15h30	Discussão em plenária	
15h30-16h00	Intervalo	
16h00-17h30	Próximos passos	HELITONGAVIÃO/NEIDINHA/M ARIA
17h30	Encerramento da oficina	

1º dia- 18/02/2014

Abertura:

A oficina iniciou-se às 09h20min da manhã da terça-feira, no Centro de Formação Paiter Suruí em Cacoal – Rondônia. O condutor do presente evento Chicoepáb Suruí, convidou os participantes para acomodarem em seus assentos e dar início ao evento. Explicou que a oficina seria de três dias (terça, quarta e quinta-feira). Em seguida explicou o objetivo do tema da oficina: “**REFLEXÕES SOBRE COMPENSAÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA OS POVOS DO CORREDOR ETNOAMBIENTAL TUPI-MONDÉ**”. Essa oficina tem por objetivo trazer esclarecimentos sobre o tema dos serviços ambientais e salvaguardas sócio-ambientais, buscando orientar as lideranças indígenas para tomada de decisões informada sobre o tema. Pretendeu refletir sobre como o manejo dos serviços ambientais em Terras Indígenas pode ser reconhecido pelos poderes públicos e fontes financiadoras. A oficina não tem o objetivo estimular, nem criar expectativas para as comunidades indígenas elaborar projetos para o mercado e sim trazer a discussão sobre serviços ambientais para um plano mais esclarecedor e realista. Conscientes dessa questão, a Forest Trends e a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí com apoio do Fundo Vale e dos parceiros locais se uniram para tornar esse evento possível. A Forest Trends é uma organização que promove a gestão e a conservação de florestas e apóia comunidades locais promovendo conhecimento, capacitação e catalisando projetos ligados a serviços ambientais. A Metareilá é uma associação do povo Paiter Suruí que desenvolve o Projeto de Carbono Florestal Suruí como ferramenta de apoio ao seu Plano de vida. Assim deu início ao evento. Primeiramente foi chamado para compor a mesa, o Coordenador da Associação Metareilá/Labiway Esaga do Povo Paiter Suruí, Almir Narayamoga Suruí, representante de Forest Trends, Beto Borges, Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Eliezer de Oliveira, Coordenador de Educação Ambiental da Sedam, representante da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cacoal (SEMA), Gabriel, representante da Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), Ivaneide Bandeira, representante da Equipe da Conservação da Amazônia (ECAM), Wesley Pacheco, representante do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Mariano Cenamo, Coordenador de Povos Indígenas de Rondônia – SEDAM, Wellington Gavião, representante do Fundo Vale, Erika Queiroz, representante do Povo Gavião, Katarino Gavião, representante do Povo Zoró, Sócrates Zoró, representante do Povo Indígena

Yawanawa do Estado de Acre, Taska Yawanawa, representante da Articulação dos Povos Indígenas de Rondônia, Marcos Apurinã, representante do Povo Indígena Arara, Carlos Arara, representando Povo Indígena Mekém, Lídio Mekém, representando Povo Indígena Jabuti, Manuel Jabuti, representando Povo Indígena Tupari, Agnaldo Tupari, representando Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Ji-Paraná, Josias Gavião e Elizabete Cinta Larga, representando Povo Indígena Cinta Larga. Agradeceu a participação de cada povo indígena presente, parceiros e assessorias e o esforço de cada um dos presentes considerando que na época de chuva é difícil o acesso às aldeias e terras indígenas. Foi agradecido também, um dos palestrantes presente, Demian Nery, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Após isso foi feito o uso da palavra para os que compunham a mesa com dois (2) minutos cada. A 1ª fala foi de Josias Gavião que agradeceu cada liderança presente e a mesa representada por cada instituição dizendo que a responsabilidade como participante do curso PNGATI é trazer as comunidades para a discussão sobre compensação de serviços ambientais. Principalmente as lideranças precisam ter conhecimento profundo sobre esse tema, afirmando que **Por isso é necessário capacitação dos indígenas**. Desejou a todos uma boa reunião e essa discussão deva ser multiplicada nas comunidades. Agnaldo se apresentou. Mora na cidade de Alta Floresta, na Terra Indígena Rio Branco e é da etnia Tupari. Mariano apresentou a instituição que pertence afirmando que também faz parceria com o projeto Suruí. Falou que o tema de serviços ambientais está ficando importante e por esse motivo estão reunidos aqui. Fala sobre as evidências de que o clima está mudando aqui em Rondônia. Porto Velho está debaixo da água. O Amazonas no ano retrasado teve a pior seca da história, e outros países, como os Estados Unidos estão atravessando um frio muito grande. Isso começa afetar cada vez mais os meios de vida. **O que isso tem haver com serviços ambientais e povos indígenas?** Na verdade os povos indígenas têm um papel muito importante para combater essa mudança do clima e isso se relaciona com a preservação da floresta. Esse papel de preservar a floresta deve ser reconhecido como serviços e esforços que os povos indígenas desenvolvem. É um prazer estar aqui mais uma vez com os Suruí, pois esses têm sido uma grande referencia nisso, cumprindo seu papel, e agora conseguiram contratar o projeto de Carbono Florestal Suruí. A grande preocupação é que existem bons e maus projetos e por isso é necessário ter preocupação e muito cuidado. Então, um dos **grandes objetivos da reunião é explicar que existem projetos ruins e projetos bons**. Projetos ruins estão ligados a exploração do território sem fundamento legal. O grande foco é aprender com as experiências. Gabriel: é muito importante ver povos indígenas unidos para defenderem suas causas e da natureza. Às vezes pensamos assim, isso vai beneficiar não só aos índios. Isso vai

beneficiar toda sociedade e o planeta. É muito importante o trabalho de vocês. Agradeço por participar desse trabalho. Eliezer cumprimentou a todos em nome do Almir e em nome da Ivaneide, cumprimentou todas as instituições não governamentais; em nome do coordenador de povos indígenas do governo de estado de Rondônia, Wellington, cumprimentou todos os gestores públicos presentes. Há uma discussão de construção da política pública de mudanças climáticas e pagamento pelos serviços ambientais, lembrando que essa política não existe, mas está sendo construída e que é muito esforço do terceiro setor, que vem influenciando o governo do estado a tomar atitude e medidas para que essas políticas realmente aconteçam. Wellington cumprimentou em Tupi mondé, depois agradeceu em português pela oportunidade de participar da oficina. Logo em seguida cumprimentou os participantes da mesa, citando nomes de cada um. Durante esses três dias, estaremos com propósitos de construir nossa participação na construção de políticas públicas de recursos naturais. Essa é uma oportunidade para refletirmos sobre serviços ambientais. Erika, do Fundo Vale acredita em espaços como este de discussões entre as pessoas. Foram convidados também para fazer parte da mesa: Cleiton Kwaza, Marcos Apurinã, que agradece na língua do Povo Apurinã, e faz tradução da sua fala. Agradece Almir, a Metareilá e ao Povo Indígena Suruí **por essa iniciativa de querer discutir sobre o que nossos antepassados vêm cuidando e nunca receberam por isso.** Diz, que com isso, muitas vezes não existe reconhecimento pelo próprio governo e pelas empresas. Wesley Pacheco diz que os povos indígenas cuidam do que temos na natureza hoje. Diz que o evento oferece uma oportunidade muito grande para a reflexão sobre principais aspectos relacionados aos serviços ambientais e trazer uma agenda positiva para populações indígenas. Cleiton: diz que veio buscar informações de coisas que só ouvem falar e levar para minha comunidade depois. Demian afirma estar muito honrado por estar participando em nome do IPAM, e diz que essa é uma discussão muito importante. Ivaneide afirma estar feliz pela participação das lideranças mais antigas no movimento no estado de Rondônia, como Katarino Gavião, Sócrates Zoró e Japão Cinta Larga. E são pessoas da base do movimento que lutaram pela demarcação de terras para terem movimento forte, deseja uma boa oficina. Beto se apresenta falando da instituição em que trabalha. Além de estarmos aqui refletindo juntos sobre esse tema importante vamos nos conhecer e fazer novas amizades. Logo em seguida falaremos mais sobre o tema. Almir fala que é uma grande alegria de ver aqui no Centro de Formação Paiter Surui, que é também a sede da Associação Metareilá. E por que entendemos que esse tema é importante para gestão dos nossos territórios, é nosso direito e nosso futuro. De toda forma agradeceu os parceiros presentes do projeto Carbono Surui, lideranças Paiter Suruí e lideranças de outros povos do corredor Tupi Mondé.

Agradeceu a presença do Taska Yawanawa em nome do povo Paiter Suruí e dos povos indígenas de Rondônia, pela força que está unindo povos indígenas do Acre e de Rondônia. Como sempre tenho falado, os direitos indígenas são coletivos e por isso temos que defender e valorizar a manutenção e reconhecimento desse direito. Porém é grande a nossa responsabilidade de estarmos aqui refletindo sobre o que queremos e que esse direito seja observado. Nossos parceiros têm contribuído muito com isso. Não é o projeto que vai valorizar e reconhecer o direito povos indígenas, mas todos juntos. E também como a floresta em pé pode contribuir para o bem comum de todos. Ultimamente o estado tem contribuído para avanço do projeto Paiter Suruí, e o município de Cacoal também. Por isso está aqui conosco Gabriel representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cacoal, e Eliezer representando o estado, a SEDAM, juntamente com Wellington. Eles podem nos ajudar a dialogar para construção da política pública, não só direcionada para esse tema, mas sim como que os povos indígenas querem ser tratados pelo Estado, além de como os povos indígenas podem contribuir para desenvolvimento mais justo do estado e do nosso país. **O conhecimento e a experiência que os povos indígenas têm sobre gestão de meio ambiente pode ser muito importante nesse momento de mudança do clima que o mundo passa.** Essa mudança não só afeta o meio ambiente mas também a saúde (com enchentes e outros desastres), a economia (valor de alimentação aumentando). Esse é o momento de refletirmos bastante. Precisamos lidar com tudo isso. Grande exemplo disso é próprio projeto Paiter Suruí. Aqui se fala tanto que é um projeto exemplar. Isso não quer dizer que internamente os Paiter Surui estão sem o conflito. Isso significa crescimento e experiência, mas além disso, um grande desafio. Às 10h10min encerra abertura da oficina com as falas da composição da mesa.

PAINEL 01: OBJETIVOS E EXPECTATIVAS DA OFICINA:

PALESTRANTE: BETO BORGES

Inicia a apresentação perguntando qual seria a finalidade de estarmos aqui? Trabalha em uma ONG que fica nos Estados Unidos, chamada Forest Friends e é parceiro do Projeto Florestal Carbono Suruí. Para realização da oficina contou com apoio dos parceiros, como Kanindé, Ecam, Idesam e a Metareilá e financiamento do Fundo Vale. O objetivo desses três dias é para refletirmos. Certamente não teremos todas as respostas. Apenas alguns conhecimentos, experiências, algumas convicções e acreditando em alguns caminhos e revisando nosso posicionamento sobre esse tema. Sobre o objetivo dessa oficina, vamos refletirmos juntos,

primeiro, **o que são os serviços ambientais? Como é que serviços ambientais podem ser instrumentos para gestão territorial das terras indígenas?** Refletindo sobre isso, no final da oficina sairemos conhecendo melhor sobre esse tema para que possamos tomar decisões mais informadas por estarmos orientados em relação esse tema. Temos muito que aprender pois esse tema é muito complexo mas o conhecimento pode ser algo que temos. Apesar de que algumas partes não precisaremos aprofundar, por exemplo, **parte técnica**, como por exemplo, a medição de carbono. O mais importante é saber o que estamos falando. Na nossa concepção estamos falando de reconhecer a prática tradicional dos povos indígenas e de como manter a gestão das florestas através das práticas que vem mantendo floresta em pé nos territórios indígenas. **Mas como isso está sendo reconhecido pelas políticas públicas?** A parte técnica vai ser falada nos momentos necessários. Mas o objetivo é que tenhamos esclarecimentos maiores sobre esse tema. Ninguém está aqui para convencer, tem que trabalhar. Pode ser que não seja (seu) interesse de alguém. Para chegar nessa conclusão de sim ou não, precisamos ter esclarecimento maior. O importante é saber tomar decisão do que queremos. Espero que possamos contribuir nesse sentido. É não voltar com duvidas para casa. Então, intenção é trazer conhecimento, e também muito que aprender. Obrigado! Momento de intervalo de 10 minutos (10h17min) e retornamos às 10h29min.

PAINEL 02:NOSSAS TERRAS

PALESTRANTE: IVANEIDE BANDEIRA

A ideia é que os próprios povos indígenas do Corredor Tupi-Mondé definam seus conceitos de Corredor. É uma forma de entendimento dos próprios povos do corredor. Tivemos outro encontro em janeiro, também com muitas pessoas participando. Outro motivo da minha alegria é ver aqui o povo Sakirabiar, depois de muito tempo que não participavam de evento. O povo Kwazar participou do evento passado, também depois de muito tempo sem haver sua participação. Outro motivo de alegria é ver também os líderes antigos participando do evento. Sócrates Zoró, Katarino Gavião, Iabibi Suruí e Japão Cinta Larga, são pessoas que fizeram parte do movimento neste Estado. Hoje os jovens que comandam o movimento com apoio dos parceiros, com a participação de líderes indígenas de outros estados, como Taska Yawanawa do Acre que sempre está participando de nossos eventos.

Falou do desafio de construir a cartilha sobre serviços ambientais. Essa cartilha não pode ser apenas para o corredor Tupi-Mondé, mas sim para outros corredores também. Essa **oficina**

é para reflexão sobre o tema de compensação por serviços ambientais, e para refletir também o que é corredor Tupi-Mondé. Deram-me missão de falar sobre o corredor Tupi-Mondé. A questão do corredor Tupi-Monde é uma ideia que já vem de muito tempo. O objetivo aqui é falar sobre corredores. Aí vem a pergunta, o que são corredores? **Corredores ecológicos, segundo conceito dos não índios, parte da ideia de áreas que ligam fragmentos florestais ou setores de altas diversidades biológicas protegidas ou não, que garantem conexão entre as parte configuração continuo lineares. É o conjunto da biodiversidade para o conceito da ciência. Uma forma simples de dizer essas palavras complicadas é que são as regiões onde se conectam os animais, a vegetação e exclui as pessoas.** Quando se junta a Metareilá, Kaninde, IEB, ECAM e COIAB definimos de outra maneira: **É a união dos povos indígenas da região com a floresta (animais, rios e línguas).** **Com essa ideia deram no nome para projeto de Garah Itxah, na língua do Paiter Suruí, “Juntos com a floresta”.** Trabalhar a ideia do corredor vem sendo discutida muito antes disso. Começou quando Almir foi convidado a trabalhar na COIAB, no departamento etnambiental. A COIAB começou a expandir nas regiões de sua abrangência essa ideia de corredor. Aqui em Rondônia temos dois corredores, considerado corredores etnoambientais a partir da leitura dos indígenas. Corredor Tupi-Mondé pensado por nós, no projeto Garah Itxah. Esse corredor está formado por várias terras indígenas, como as terras indígenas dos Cinta Larga, abrangendo as quatro terras e um parque (Terras Roosevelt, Aripuanã, Serra Morena e Parque Aripuanã), a Terra Indígena Sete de Setembro (dos Paiter Suruí), a Terra Indígena Zoró (dos Zoró), a Terra Indígena Igarapé Lourdes (dos Gavião), a Reserva Biológica do Jaru e as dezenove terras de extrativistas. Essas terras e reservas extrativistas chamamos de corredor Tupi-Mondé. Quando foi pensado no Tupi-Mondé, não foi pensando na coisa continua, mas pensamos na terra, falantes da língua de outro tronco e na questão da biodiversidade local. Mas, a ideia do corredor é muito maior, e é isso que vamos tirar aqui. O método adotado por Ivaneide na sua palestra envolveu a fala dos líderes mais antigos do movimento de Rondônia, seguindo as terras do corredor: Katarino Gavião, Fermino Arara, Sócrates Zoró, Iabibi Suruí e Japão Cinta Larga. Katarino: **as demarcações de terras do Paiter Suruí, Cinta Larga, Zoró e Gavião (do corredor Tupi-Mondé) são importantes para proteger a floresta.** Por que os brancos (colonizador/Rondon) chegaram aqui derrubando todo o que estivesse na frente. A intenção é acabar com os povos indígenas e a floresta. O povo Gavião não sabia que tinha outro povo falante do Tupi Mondé, como Paiter Suruí e Cinta Larga. As nossas terras (as terras indígenas do corredor) foram demarcadas não por que os brancos queriam. É o resultado da nossa luta. Nós que falávamos com Apoena

Mereilles para pedir a demarcação. Muito importante também esse momento para novamente nos fortalecer. **O branco não conhece nada de floresta, eu (Katarino) como índio conheço outra terra, conheço gente que mora no rio e não gosta que faça hidrelétrica. Nova geração indígena é igual não indígena, não sabe da importância da floresta.** O que dizer meio ambiente, ninguém sabe sobre esse conceito. **Ele traz o conceito de corredor no modo de pensar do povo gavião, corredor cultural. E a relação do povo Gavião com espírito da água, da floresta, que é corredor espiritual.** Fermino fala na língua materna (difícil de tradução), mas se assemelha com fala do Katarino sobre corredor cultural e espiritual. Sócrates da mesma forma fala dos líderes anteriores e corredor cultural. **Uma coisa importante é destacada por ele, manutenção desse corredor onde as terras são demarcadas pelo governo brasileiro.** Iabibi fala que a floresta é protegida pelo Goaney (espírito). **Esse espírito e outros que existem se manifesta com a destruição/desmatamento do meio ambiente.** A Terra Indígena Sete de Setembro tem uma relação cultural, espiritual e natureza como os relatos do Katarino, Fermino e Sócrates e é reafirmado isso. Novamente reafirmado conceito do corredor espiritual, cultural e natureza juntos. Podemos entender que o conceito de corredor tem relação com a terra, a cultura, a espiritualidade e a natureza conforme as falas das lideranças. Japão da Terra indígena do povo Cinta Larga sofre pressão de madeireiros e garimpeiros. **Para os povos indígenas a floresta tem uma relação conjunta com os espíritos, cada parte da floresta tem seu protetor. Muitas vezes os povos indígenas são criticados, principalmente os Cinta Larga: que estão destruindo, e nunca fala ao contrário, os indígenas estão preservando a floresta, o que podemos dá para incentivar mais ainda?** O corredor preserva a biodiversidade, o governo não tem dado apoio para esse incentivo. **Os indígenas querem fazer esse papel na ponta e sofrem pressões: de madeireiro, de garimpeiro, de meieiro, de pescadores e de caçadores.** Esse é o momento de refletirmos sobre isso, pensar o que entende por corredor e serviços ambientais. E ninguém sairá daqui com projeto de nada não. O corredor não é formado apenas pelas terras indígena Sete de Setembro, Igarapé Lourdes, Zoró, Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã e Parque do Aripuanã, vai mais além, terras indígenas Kwaza, Mekem e Rio Branco. Fernandinho dá graças a Deus pelo território minúsculo que tem o seu povo, mas para conseguir foi uma luta grande. **A luta do povo Kwazá pela terra é antiga, e é recente a conquista da sua terra. A luta pela identidade é importante para conceito do corredor.** Lídio Mekem o povo Mekem precisa de conscientização ambiental, é isso geração nova precisa, saber o que ser índio, sua cultura e meio ambiente, conhecendo vai valorizar a própria cultura, pois se não conhecer não valoriza. Marcos Apurinã: os povos indígenas fazem

gestão dos seus territórios, das suas maneiras, conforme seus conhecimentos. Hoje discutem gestão de outra maneira, creio que vai ser falado aqui pelos nossos palestrantes. **Para que os povos possam fazer a gestão dos seus territórios precisam ter a dita governança em suas mãos. Só terá gestão quando tiver governança na sua autonomia. Para demonstrar ao governo o mecanismo, o poder de uso de recursos naturais que tem no território. Na terra tem minério, madeira, mel, castanha e outros serviços, preservado, e deve ser compensado por isso. Não se pode falar que a terra é do governo, mas sim, nossa. Se realmente souber fazer a gestão da terra, assim pode dizer ao governo que sim a terra é dos índios. Por que nasceram nela.** Se considerar a terra ao contrario, que seja do governo e desmatar os índios não terão poder questionar para ser recompensados. Os povos indígenas devem fazer gestão dos seus territórios com autonomia pois sem autonomia é impossível fazer gestão. Agnaldo Tupari: Viemos buscar mais conhecimentos para que possamos trazer retorno as nossas comunidades. Manuel Jabuti: trás toda pressão que terra indígena Rio Branco sofre pela PCH Cassol. Mas o objetivo da palestra foi esclarecer o entendimento dos povos sobre o corredor. Algumas não foram apresentadas porque não tinham suas representantes. A ideia era tirar o conceito do corredor com o povo que estava presente. Atividade dos grupos: desenhar o corredor Tupi-Mondé na visão de cada povo indígena do corredor, após a fala sobre Serviços Ambientais. E cada povo vai destacar sua terra e identificar pelo desenho o mais importante da fala dos lideres. Por exemplo: Lakapoy é importante? Então, desenhe na terra do Igarapé Lourdes. Ivaneide finaliza agradecendo pela oportunidade.

Analisando todas as falas dos lideres podemos resumir e entender o conceito do corredor etno ambiental da seguinte forma: O corredor etno ambiental envolve a espiritualidade, a cultura, a terra, a natureza, o povo, a importância da conservação, do intercambio do movimento dentro do corredor, a produção (geração de renda), a harmonia entre povo de etnias diferentes (por exemplo, os Apurinã convivendo com os Cinta Larga/os Arara com os Gavião), a gestão do corredor, a autonomia e saber indígena.

PARA MANTER ESSA RELAÇÃO É NECESSÁRIO LUTAR!

Intervalo do almoço começa às 12h30min, período de 2½ horas. Retornando do almoço às 14h30min. Logo após é passada a palavra para o palestrante Beto Borges e Maria Barcellos, que abordarão o tema **Serviços ambientais no Corredor Tupi-Mondé**. Beto que cumprimenta a todos os presentes relata sua experiência com a espiritualidade e com a natureza. Após o relato da experiência é proposta uma dinâmica que exige a participação de

todos que reproduz o barulho da chuva que é algo muito importante para a natureza. Beto diz que é importante não tornar as coisas muito complexas, é importante além das definições científicas ter foco no conhecimento tradicional. Os povos indígenas são os maiores entendedores de serviços ambientais mas às vezes nem percebem que prestam estes serviços.

Pode-se dizer que serviços ambientais são todos os benefícios que a natureza provê para todos nós. Não só para os povos indígenas, mas para a humanidade como um todo. Todos nós precisamos da chuva, das riquezas da floresta que fazem com que aconteça a chuva, nos desertos não chove porque não há florestas. Os povos indígenas são quem melhor sabe cuidar da floresta. As imagens de satélites mostram que as terras indígenas são as menos desmatadas. Em volta das terras indígenas há um total desmatamento. A floresta nas terras indígenas provê a chuva para a própria irrigação das culturas em volta. Essas florestas estão oferecendo um serviço ambiental para todos, inclusive aqueles que as destroem. Geralmente essas pessoas não reconhecem essa importância. Os povos indígenas vêm cuidando do seu território há muito tempo com conhecimentos tradicionais passados de pai para filho. Em função desse manejo tradicional a floresta está de pé até hoje, trazendo chuva, água boa, ar puro, biodiversidade, saúde e qualidade de vida para todos nós. Assim, o conhecimento tradicional associado à floresta e conservação do solo fértil pode produzir uma série de benefícios. Tudo isso e muito mais como, por exemplo, a polinização das plantas pelas abelhas, isso também é um serviço ambiental. Então os povos indígenas sabem isso mais que qualquer outra pessoa. O que está sendo trabalhado nessa reflexão sobre compensação por serviços ambientais para os povos do corredor etnoambiental Tupi Mondé é que primeiro, para que a compensação aconteça, ou seja, que vocês sejam respeitados por este trabalho de conservar a floresta em pé, que sejam reconhecidos pela sociedade como um todo, e pelos órgãos públicos, porque só através do reconhecimento que vem o respeito, e que esse respeito venha se manifestar através de políticas públicas. Já existem espaços com marcos legais importantes como o PNGATI, e as experiências de outros estados como no Acre, com o SISA, incentivos para serviços ambientais, que tem seus programas indígenas como o carbono, preservação da biodiversidade, água, conservação do solo e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, previstos dentro da lei no marco legal. Isso já é um reconhecimento dos povos indígenas por parte do estado, e que estes povos tem um papel importantíssimo na conservação do que chamamos de serviços ambientais, que em resumo é a floresta em pé, pois é isso que provê esses serviços que são importantes para todos, tanto para os povos indígenas que podem continuar com sua caça e pesca, tendo uma boa água, o ciclo da chuva constante como sempre foi, e é importante também para os não índios, pois a chuva é fundamental para a produção

agrícola, e muitas dessas chuvas que tanto contribuem para a agricultura são resultantes da preservação das florestas das terras indígenas. Atualmente no Brasil, os direitos dos povos indígenas infelizmente estão ameaçados depois que a bancada ruralista e outros interesses econômicos conseguiram enfraquecer o novo código florestal, percebemos que o próximo alvo é o direito e as terras indígenas. Existem mais de trezentas emendas que buscam reverter os direitos indígenas, as demarcações territoriais, não só em novas terras como também em terras já demarcadas. Temos esperança que os serviços ambientais possam ser um instrumento de fortalecimento dos direitos do povo indígena e de suas terras, e através dele conseguir fortalecimento da gestão de seus territórios, não a gestão propriamente dita dos incentivos que se pode conseguir através dos serviços ambientais, como hoje o projeto de carbono do povo Suruí, mas também como instrumento de incidência nas políticas públicas. Mas para que isso aconteça é importante refletir sobre esse tema, e a partir dessas reflexões ser possível aplicar esses argumentos para outro o centro das discussões políticas. Temos que aprender a trabalhar com marcos legais que existem e buscar novos marcos. Após essas palavras Beto convidou seu amigo Tashka Yawanawa para falar a respeito de sua visão e a de seu povo Yawanawa a respeito do tema, que já vem sendo conversada entre os povos indígenas do Acre já há algum tempo. Tashka cumprimenta todos os presentes e apresenta as lideranças do seu povo que o acompanharam. Ele conta que veio do estado do Acre. Seu povo tem uma população de 850 pessoas, divididos em sete aldeias, em um território de aproximadamente 200 mil hectares. Não há estrada em suas terras, há somente o rio que nasce dentro da aldeia e sai em Juruá, formando o rio Amazonas. No caso do Acre, pagamento por serviços ambientais e REDD tem sido um assunto muito problemático. Tashka defende a ideia que os povos indígenas primeiramente têm que se informar, antes de tomarem qualquer decisão, para não tomarem decisões erradas, que podem refletir no futuro do povo. No Acre o povo tem buscado trabalhar em parcerias, junto com ONGs e governo. Os povos indígenas, conscientemente ou não, já prestam um relevante serviço ambiental para a humanidade e ao planeta. Existem coisas que não podemos mensurar em termos monetários, como o conhecimento tradicional da floresta e os conhecimentos espirituais, esses conhecimentos são antigos, passados de pai para filho. Quando falamos em pagamento por serviços ambientais, o grande terror que se prega no Acre é que os povos indígenas não farão mais roçados, pararão de caçar simplesmente para preservar, o que não é verdade, os Yawanawa sempre caçaram, pescaram e construíram suas casas sem depredar o meio ambiente. Ao redor das casas continua a mata desde muito tempo, já nos caso dos fazendeiros que chegaram há apenas dois anos na região não há mais floresta. Eles não vêem a floresta como um uma casa, eles vêem a floresta como

um lugar de fazer dinheiro. Os povos indígenas vêem a floresta como um lugar de paz, harmonia e de reencontro conosco mesmos. O povo indígena já presta um serviço ambiental para a sociedade, então é justo que sejam compensados por isso. Não um pagamento, mas compensação, e, infelizmente hoje até para preservar se gasta dinheiro. Encerra a palestra para começar momento de comentário e perguntas. Gilberto questiona quais são as críticas? Têm alguns grupos que são contra o projeto de desenvolvimento em terras indígenas, dizendo que estão colocando os indígenas no mundo ocidental, no capitalismo. O que os povos indígenas precisam fazer é utilizar as ferramentas de tecnologias e outros meios para preservar ou cuidar do meio ambiente e suas culturas e fortalecer suas identidades. Almir comenta que também esses grupos preferem apoiar aos indígenas nas coisas que não são planejadas e estudadas a viabilidade para sua execução. E ainda dizem os índios estão vendendo serviço ambiental, por que a prefeitura vende água então? Água é serviço oferecido por natureza.

Em seguida Maria explicou que **conceito ou entendimento foi tirado do corredor etnoambiental a partir do diálogo que teve com a Ivaneide, corredor etnoambiental é espiritualidade, cultura, terra, natureza, povo, conservação, intercâmbio, movimento (articulação), produção, gestão, autonomia, luta e saber indígena (conhecimento)**. Em seguida será o momento de realização da atividade proposta pelos 2 primeiros painéis: que cada povo possa mapear esses conceitos e serviços ambientais nas suas terras através de um mapa com figuras. Após explicação da atividade teve intervalo de 5 minutos. Retornando do intervalo, Maria Barcellos explica terminologia da palavra **serviço ambiental**. Por que havia alguns parentes ainda ficavam sem entender. A palavra serviço tem o mesmo sentido de trabalho e a palavra ambiental está relacionada à floresta. Serviço ambiental pode ser entendido como **trabalho da floresta**. E o trabalho que a floresta faz para humanidade. Por exemplo, como serviço, a pupunheira oferece a pupunha. Todos concordaram que sim, que haviam entendido. Depois pergunta ao público se alguém queria vir na frente falar do que entendeu por essas palavras. Tiago Zoró se prontificou a questionar que já tinha ouvido falar de outro sentido no evento anterior no Acre. Entendeu serviço ambiental como o serviço que fazemos para a natureza, e não o que a natureza oferece. Beto diz que serviço ambiental ou trabalho ambiental é prestado pelas pessoas que conservam a floresta, de índio e não índio. É o serviço que a floresta presta diretamente, por exemplo, a água e a pupunha. A pupunha não precisa de pessoas para nascer no seu pé. A natureza traz peixe para rio. Tudo isso a natureza faz sem intermediação humana. **Nunca ninguém vai conseguir o que a natureza faz na sua supremacia e na sua perfeição**. A lógica da frase é: serviço é trabalho. Então, trabalhamos para conservar a floresta. Cada povo na sua sabedoria própria. Os povos indígenas muito

melhor que todos. E a natureza trabalha diariamente como trabalhou antes de chegar a raça humana dando serviço, e precisamos respeitar a natureza para continuar dando de graça. Serviço ambiental engloba tudo, tanto o que as pessoas fazem para conservar a natureza e tanto o que a natureza está oferecendo no dia-a-dia. Marcos Apurinã reafirma a fala do Beto. Então é possível entender que povos indígenas é natureza (índio + natureza). À partir do entendimento, criar um novo **conceito de serviço ambiental: índio com a natureza**. Tiago Zoró entendeu que serviço ambiental é o que oferece a floresta e como resultado desse serviço humano à floresta oferece, ou seja, um fazendo bem ao outro. Maria explica que o duplo sentido está certo, mas no momento a ideia de serviço ambiental é o que floresta oferece, a fim de não ser mal compreendido. Almir Suruí: a floresta é utilizada por indígenas de duas maneiras. O jeito de ser indígena e o jeito de ser não índio, explorando madeira, agricultura, criação de gado e garimpo. Pode se utilizar a floresta de forma planejada. **Usar um pouco e deixar um pouco**. Os povos indígenas precisam saber como explorar seu território de forma sustentável, e não só preservar. Almir entende o serviço ambiental como recurso utilizado da floresta, seja espiritual, alimentação que ajuda as pessoas e animais se manterem vivos. Depois da discussão sobre entendimento de serviços ambientais, prosseguimos para o trabalho de grupo. Cada grupo por etnia deveria desenhar o mapa da terra a que pertence e caracterizar os serviços ambientais que oferece. O trabalho de grupo iniciou às 16h45min com previsão de retorno para sala uma (01) hora depois (17h45min). Os grupos se dispersaram pelos diversos espaços do Centro de Formação. Retornaram às 18.00hs e as atividades do dia foram encerradas.

2º dia da oficina/19/02/2014

CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DO DIA ANTERIOR

O segundo dia da oficina começa às 08h40min. Na abertura da oficina, Katarino Gavião e Sócrates Zoró fizeram apresentação cultural do seu povo. Após isso Wellington Gavião explicou que é importante fazer uma tradução das palestras para língua Tupi-Mondé. Para que todos possam entender realmente o que é compensação ambiental. O tema é complexo, e são muito recentes as discussões no mundo do mercado. Urariwe Suruí, coordenador regional da FUNAI de Cacoal, chega e cumprimenta a todos. Fala que é importante a reflexão sobre serviços ambientais, principalmente quando são tratadas as terras indígenas. O condutor do evento Chicoepáb retorna a programação do evento fazendo um resumo do dia anterior, relembando o objetivo da oficina: o conceito de corredor etnoambiental e entendimento sobre

serviço ambiental. Chicoepáb: as palavras **serviço ambiental** têm duplo sentido, **o serviço da floresta e o serviço à floresta**. Esses sentidos sempre andam juntos, quando prestamos serviço à floresta, há retorno da floresta com seu serviço, ou seja, preservando a floresta, ela retribui com seu serviço oferecendo água limpa, alimento e ambiente puro. Hoje em dia ela também oferece outro tipo de serviço, **serviço econômico**. Logo após houve apresentação dos resultados dos grupos pela ordem das terras conforme no corredor:

1º GRUPO: TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES (GAVIÃO E ARARA)

O corredor na visão dos povos indígenas destacando serviços ambientais. Josias Gavião apresenta o grupo, com a participação dos demais. Josias fala que a discussão sobre serviços ambientais em terras indígenas precisam ser discutidos juntamente com as lideranças antigas, por que elas sabem o conhecimento tradicional. A discussão necessita dos dois conhecimentos para ser construída de forma compreensiva. Serviços ambientais considerados pelo grupo na Terra Indígena Igarapé Lourdes são: **os seres humanos que habitam o local, o extrativismo, as plantas medicinais, os rios, os lugares sagrados, os espíritos da floresta, as caças, os espíritos dos rios, a organização social, o ar limpo e o sagrado**. Por exemplo, a castanha serve como alimento, e a castanheira está ligada à espiritualidade. Serviços ambientais estão interligados com toda a biodiversidade (açai ↔ aves ↔ ser humano ↔ floresta ↔ mundo). **A importância da floresta está ligada diretamente a cultura e a vida, e é serviço ambiental.**

2º GRUPO: TERRA INDÍGENA ZORÓ HABITADA POR POVO ZORÓ.

Tiago Zoró representa o grupo, com a participação dos demais. Ele fala que o tema serviços ambientais é muito polêmico, na maioria o povo Zoró não entende. Disse que a discussão foi mais em torno de serviços ambientais que foram considerados os seguintes, **a cultura, a espiritualidade, as atividades produtivas (castanha, látex), o monitoramento e vigilância da floresta são necessários para que aconteçam serviços ambientais, a caça, os rios e o lugar sagrado**. Tiago reafirma a fala do Katarino, terra para os povos indígenas não é simplesmente a terra, mas é um conjunto de conexões, de sentimentos e de vida. Por isso é muito importante com apoio dos nossos parceiros que possamos divulgar nosso conhecimento, nosso pensamento e nosso conceito sobre a terra. Por esse motivo é importante nessa reflexão a participação **das lideranças mais antigas, dos anciãos e das lideranças mais recentes**. Amauri Zoró fala que **na maioria das vezes o governo federal, não só o atual, também os anteriores, pensam que o desenvolvimento econômico tem apenas a base de produção agrícola de grande expansão e pecuária. Não! Está na hora dos povos**

indígenas demonstrarem que não é. A floresta em pé também contribui para desenvolvimento econômico do país. Chicoepáb agradece o grupo pela apresentação e diz cada grupo está trazendo mais assunto novo para refletirmos.

3º GRUPO: A TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO HABITADA POR POVO PAITER SURUÍ.

Gasodá e Arildo apresentam trabalho do grupo, com a participação dos demais. Fala que refletiram sobre o tema (serviços ambientais) à partir da terra e do plano de gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. **Não é de agora que prestamos serviços à floresta, há séculos e séculos. É recente que nós povos indígenas estamos discutindo sobre a questão da importância da floresta pra o viver dignamente.** Arildo explica no mapa o que foi o mapeamento como serviço ambiental, são os rios (água → coração da biodiversidade), a vida (ser humano, floresta, os animais), a sustentabilidade (alimento, ciclo de vida, por exemplo, castanheira), o ser humano (Paiter Suruí), a espiritualidade (da floresta e da cultura), as plantas medicinais, as pedras de curam, as sementes, a cultura, o reflorestamento, a dieta alimentar, todos envolvem geração de renda. Almir fala tudo o que a floresta oferece de serviço para humanidade. Afirmo que os índios cuidam da floresta. E isso é um serviço que precisa ser reconhecido como serviço ao meio ambiente (serviços ambientais). Chicoepáb complementa que se a palavra serviço se refere ao trabalho, todo tipo de trabalho espera recompensa, logo, os povos indígenas devem ser recompensados pelo serviço que faz pela floresta.

4º GRUPO: TERRA INDÍGENA ROOSEVELT, SERRA MORENA, ARIPUANÃ E PARQUE DO ARIPUANÃ HABITADAS POR POVO CINTA LARGA E APURINÃ.

Marcelo Cinta Larga apresenta o grupo com a participação dos demais, falando que na terra vivem aproximadamente 2 mil Cintas Largas e mais o povo Apurinã. Abrange vários municípios e dois estados brasileiros (Mato Grosso e Rondônia). Disse que durante o trabalho de grupo foram destacados alguns elementos de serviços ambientais, até por que, é muito complexo e isso dificulta o mapeamento de todo o serviço ambiental que o território Cinta Larga oferece. Foi destacada **a história do povo e a espiritualidade.** Elizabeth Cinta Larga continuando: **o extrativismo (castanha e babaçu), os rios. Juninho: os lugares sagrados, os animais, os rios, aves, o reflorestamento e os peixes.** Os espíritos se revoltam com exploração da floresta, exemplo atual o que aconteceu com pajé Cinta Larga. O espírito da

floresta o convidou para proteger a floresta, por que esse ano (2014) os madeireiros estão voltando a explorar os territórios Cinta Larga.

5º GRUPO: TERRA INDÍGENA KWAZÁ HABITADA POR POVO KWAZÁ E AIKANÃ.

Valdeir apresenta o grupo, com a participação dos demais. Através do mapa foram destacados os serviços ambientais que a terra oferece, tais como, **os rios, o açaí, o artesanato (matéria prima), o espiritualidade, os espíritos (da floresta), os peixes.** Cleiton continuando, **a floresta, a organização política interna, o lugar sagrado, o extrativismo (exemplo, castanha alimenta ser humano e animais).**

6º GRUPO:TERRA INDÍGENA RIO BRANCO HABITADA POR POVO TUPARI, JABUTI E MAIS SETE POVOS.

Gilbeto representa o grupo, com a participação dos demais membros. Na Terra Indígena Rio Branco foi destacado como serviços ambientais: **os rios, os seringais, as castanheiras, os pés de copaíba, a açaí, a patuá, a fauna (há uma diversidade), as aldeias e as animais.** Leonice Tupari: **a terra é muito rica em animais, alimentos, os peixes, e estamos lutando para manter esse serviço. É correto que os povos indígenas sejam recompensados sim, pelo serviço que fazem pela floresta e pela humanidade.**

Chicoepab agradece o grupo pela apresentação e acrescenta que tem muito que refletir a partir dos resultados apresentados pelos grupos. O serviço que a floresta nós oferece à partir da preservação dos povos indígenas vai muito além que imaginamos. Os beneficiados não são apenas os povos que vivem ali, é a sociedade como todo, o mundo praticamente. Marcos Apurinã informa sobre articulação política dos povos indígenas de Rondônia, dizendo que APIR foi convidada a participar de um evento no Acre, Rio Branco. É importante a participação das lideranças antigas. As apresentações terminam as 12.30hs. Foi definida 1 hora pra o almoço, ou seja, com retorno às 13.30hs.

Período: Tarde: 13.30hs

Marcos Apurinã pede a palavra e convida as lideranças presentes para uma reunião a noite. Pretende nessa reunião repassar informações da situação da articulação dos povos indígenas no estado e no país, sobre políticas públicas, saúde e gestão das terras. Ele relata a

necessidade de reivindicar os direitos a saúde, sobre a importância dos parceiros e a união do povo em prol de melhorias.

Logo após, o apresentador do evento Chicoepáb retoma as atividades, e revisa rapidamente sobre o trabalho da parte da manhã. **Destaca a importância dos próprios indígenas definirem conceito do corredor nas suas concepções e definirem também quais são serviços ambientais nas suas terras.**

PAINEL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PALESTRANTE: DEMIAN NERY / IPAM

Demian inicia se apresentando e fala da sua felicidade em conhecer o Centro de Formação e os parentes da região. Apresenta o instituto a qual faz parte, IPAM, que é um instituto que tem por objetivo desenvolver e apoiar políticas públicas, iniciativas locais como os parceiros COIAB, COICA e FUNAI. Fala sobre os trabalhos apresentados anteriormente que destacam a espiritualidade, a cultura e a relação do indivíduo entre com a natureza. Todos os povos indígenas têm essa concepção. Os não índios separam tudo.

Utiliza slides em power point para apoiar a sua apresentação.

Apresenta o conceito de **clima** e fala sobre e a falta de informação sobre o tema. **Muitos povos indígenas também tem sentido as mudanças climáticas, nas chuvas fora de épocas, em falta ou em excesso, as mudanças climáticas hoje, na maior parte dos casos tem a interferência do ser humano, ação agressiva e exagerada, e não mais naturalmente como nas eras anteriores.** Não tem muito conhecimento sobre cultura dos povos da região, que vai citar a fala de Davi Kopenawa Yanomami: **“Nós, Yanomami, habitantes da floresta, não enchamos a terra de fumaças-epidemias (doença) xawara. São os brancos, os napëpë, que contaminam a terra. (...) Os brancos ficaram muito numerosos e começaram a destruir a floresta, a cortar suas árvores e a sujar seus rios. Eles fabricaram quantidades de mercadorias. Fizeram carros e aviões para andar rápido. Para fabricar todas essas mercadorias, cavaram o chão da terra para arrancar as coisas que estão nas suas profundezas. Assim começaram a propagar muitas fumaças-epidemias xawara por toda parte, estragando a terra (...) Por causa disso, as chuvas estão começando a cair de um modo estranho. Quando os brancos estavam longe de nós, a floresta era bonita e saudável. Desde que passaram a ser muitos e se aproximaram de nós, ela tornou-se outra. (...) Da profundidade do seu chão só arrancam coisas para fabricar suas mercadorias, depois as queimam e o mundo se enche de fumaças que viram doença xawara para todos. A floresta também adoce dessas fumaças, suas árvores morrem,**

bem como suas águas e seus animais. (...) Quem a criou [Terra] vai acabar ficando com raiva. A imagem dele existe ainda, seu fantasma existe ainda no mundo. Se ele acaba se zangando, vocês vão sofrer. Grandes chuvas não vão parar de inundar suas casas, ventos de tempestade vão sacudi-las e derrubá-las, mesmo nas cidades onde elas são muito altas e resistentes. No final vão cair embaixo da terra.” Destaca a visão indígena sobre mudanças climáticas dizendo que os brancos contaminam a terra com epidemias e poluição e da exploração exagerada dos recursos naturais, e que por causa disso a chuva começou a cair de um modo estranho depois do contato com os brancos. Fala sobre os malefícios das queimadas e da ira do criador contra as pessoas que maltratam a natureza, pois serão atingidas por inundações. Fala sobre concentração CO2 no planeta, para ficar mais claro usa o termo utilizado por Davi, concentração de fumaça no planeta, desde 1870 até 2000, agora, tem aumentado muito no ar, em consequência do uso de carro, do avião, do carvão. **Para manter o equilíbrio do ar no planeta é necessário árvores e algas do mar para fazer a limpeza do ar. Essa é a prestação de serviço da natureza para o planeta, que não tem preço.** Quem mantém as florestas? Por exemplo, são os povos indígenas que mantêm a floresta preservada para prestar esse tipo de serviço. Fala sobre a importância da Amazônia para o processo de purificação do ar. Durante apresentação dá ênfase à ausência do estado, a mudança da legislação ambiental indígena, os grandes empreendimentos que provocam mudanças no clima, e fala sobre a dificuldade do homem “branco aceitar essa realidade”. Isso tudo tem alterado a biodiversidade, aumentado as doenças e atinge os povos indígenas com falta de caça, da pesca, insegurança alimentar, migração para a cidade e ameaça aos povos indígenas em condições de isolamento. Fala dos benefícios da preservação da natureza como ótimo serviço ambiental para o planeta e termina a apresentação com um vídeo editado pela FUNAI sobre o ciclo do carbono. Após o vídeo, abre espaço para perguntas: Marcos Apurinã pergunta: o que o governo, os ambientalistas e a população não indígena têm feito para melhorar o grito de socorro? Demian fala da contribuição do homem branco para a mudança climática, mas que os povos indígenas, apesar de não terem culpas, podem ajudar. Fala também que os povos da floresta são os mais vulneráveis a essas mudanças, e que instituições ambientais, tipo IPAM e entre outros, têm alertado ao governo sobre a necessidade de políticas públicas na elaboração de leis mais duras contra emissão de CO2 e a adaptação. Valdeisa Karitiana pergunta: o que os não indígenas fazem para proteger a natureza, já que na maioria dos casos só há florestas em território indígena? Demian responde que os não indígenas não tem feito muito sua parte, e que os indígenas são impactados negativamente por isso, apesar dos esforços governamentais através de alguns programas ambientais. Wellington

Gavião comenta que os indígenas não são bem informados sobre os programas pela FUNAI mas fala também da importância da orientação correta e da importância de considerar os indígenas não como incapazes, mas com capacidade de inovação. Fala da importância do indígena se libertar, deixar de ser refém e dependente do sistema dos não indígenas. Enfatiza que não podem mais deixar a cultura do não índio, mas podem valorizar a cultura suas próprias culturas. Marcos fala sobre as proibições feitas aos indígenas. De se dar alternativa e deve se discutir melhor e informar e capacitar os indígenas para que eles façam os projetos de maneira correta. Não se deve proibir os indígenas de avançar. Julio Suruí comenta sobre a importância do evento, por que há discussão aqui sobre os problemas e interesses do mundo. É tempo de mudança. Fala da importância da autonomia e do bom exemplo do Plano de 50 anos e da importância do interesse coletivo. Também relata a importância da capacitação do próprio povo para aliviar a dependência de órgãos governamentais. A importância do diálogo e da importância de todos buscarem seus objetivos. O painel foi encerrado com os comentários dos índios. Chicoepáb agradece o palestrante e apresenta o próximo palestrante.

PAINEL: COMPENSAÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.

PALESTRANTE: BETO BORGES E REBECCA ANZUETO

Antes do início do painel houve um momento de descontração: Taska Yawanawa com dança e canto tradicional. Beto, conta da experiência de tomar o chá tradicional. Fala da visita dos Yawanawa, onde foi convidado a fazer parte da cerimônia e relata a incrível experiência.

Após o relato, inicia o tema proposto: **a compensação ambiental por serviços prestados pela conservação do meio ambiente pelos povos indígenas, que fazem tradicionalmente de geração em geração, e que todos se beneficiam com isso. A compensação por serviços ambientais é uma forma de retribuição, pode ser forma pagamento, pode ser forma de incentivo, mas pode ser uma forma de reconhecimento do serviço prestado.** Faz leitura da declaração de Manaus feito pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), 2008, **“A mudança climática global representa uma ameaça sem precedente ao futuro da humanidade e dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Historicamente os povos indígenas e comunidades tradicionais, vêm exercendo um papel fundamental na defesa e na proteção de centenas de milhares hectares de floresta e na redução das emissões, sem que tal “serviços ambientais” sejam reconhecidos e recompensados.”** A declaração fala sobre o papel fundamental exercido pelos indígenas e comunidades tradicionais para o meio

ambiente, por meio de suas práticas de conservação ambiental. A floresta em pé oferece vários benefícios. No Brasil existem 15% de Terra Indígena demarcadas. Isso beneficia a todos. A compensação por serviços ambientais é uma transferência em dinheiro ou serviços como construção de postos de saúde, escolas, assistência para roçada e outras necessidades, mas é uma compensação pelos serviços ambientais prestados. Para isso é necessário um agente financiador. É importante analisar as empresas financiadoras, e a estas é importante a garantia dos serviços ambientais que estão sendo prestados. Por isso é uma boa alternativa as parcerias com povos indígenas. O interesse da empresa é diminuir seus riscos e do governo é no meio ambiente. Como exemplo a comunidade boliviana, no qual a compensação é feita através de um serviço de criação de abelhas. **Há necessidade por parte de todos que a floresta seja conservada, o serviço ambiental é isso, a conservação da natureza, seja floresta, animais ou rios ou até mesmo o conhecimento tradicional. Os participantes da negociação para compensação de serviços ambientais são financiador e prestador de serviços ambientais, pode ser entre governo, comunidade e empresas.** Exemplo disso é o povo Paiter Suruí com a venda de crédito de carbono para a Natura. Outro tipo de serviço ambiental é a compensação dos seringueiros pela prática tradicional do corte da seringa, que conserva a floresta. Na reserva Serra Gorda no México, os agricultores familiares são pagos pela conservação da natureza, beneficiando 20 mil pessoas. A importância do Sistema de Incentivo de Serviços Ambientais (SISA) é política no Acre e é específico para 5 serviços ambientais: o carbono (floresta em pé), a conservação dos solos, a biodiversidade da floresta, a água e o conhecimento tradicional indígena. Para o pagamento da compensação é necessário garantia de que realmente haverá a conservação dos serviços ambientais. É importante também a fiscalização por parte do agente financiador, para se ter a certeza de que os acordos serem cumpridos. Ressalta também a importância de cuidados com contratos fraudulentos. Os indígenas conservam suas florestas por isso merecem a compensação. Termina explanação do Beto. Almir fala sobre a importância da conservação para a coletividade, e que a compensação não é uma troca. Mas sim uma forma de benefício coletivo e mutuo. O governo as vezes destrói interesses de pequenos grupo, e os ignoram. Cita também comentários de Katarino que diz que o indígena tem que aprender valorizar suas florestas, e não aceitar ganhos rápidos, na ilegalidade como a retirada ilegal de madeiras. Almir diz que em uma entrevista foi questionado porque não fica na sua floresta, em resposta disse, que precisava ficar na cidade para dialogar com as pessoas. Ivaneide relata que Katarino diz, que as mulheres eram negociadas por presentes, como facão e outro, isso não eram compensação, mas uma extorsão. A compensação é uma autorização para destruição. Fala também das

hipóteses de construção das UHE e compensações para isso. Diz que isso não é compensação, mas sim vender seu direito. Alguns desafios, **titularidade (posse da terra); compromissos a (muito) longo prazo; altos custos são igual projeto são caros; consentimento livre, prévio e informado; valores de “mercado” x valores culturais; de quem é o carbono? e repartição justa de benefícios.** Beto, reafirma a condição de empresa séria, e que se deve atentar a isso. Fala-se da importância do incentivo. Beto fala também dos valores de mercados e valores culturais. O povo indígena tem direito ao crédito do carbono. Foram feitos estudos que concluíram que os povos indígenas tinham direitos aos crédito de carbono. Existe também a questão da distribuição justa dos benefícios. Os desafios podem ser superados, a compensação deve fortalecer as práticas culturais. Superando desafios, **Garantia dos direitos (terras demarcadas); Bons parceiros; Não ter pressa, mas acreditar no processo; Construir marcos legais (PNGATI); Cuidado com muita expectativa; Muita consulta e reflexão (Consentimento Livre, Prévio e Informado); Tomar a decisão certa, os serviços ambientais pode não ser o caminho para toda situação entre outros.** Recomendação do Beto da conclusão: Nos incentivos por serviços ambientais para povos indígenas devem ser fortalecidas suas práticas tradicionais, garantir a gestão e conservação de seus territórios, assegurando seus direitos garantidos pelo Constituição. **Conservar a floresta é conservar o serviço ambiental.**

Intervalo (15h39min), de cinco (5) minutos.

Ao retornar Marcos questiona, qual a posição da atual presidente da FUNAI sobre o assunto? Sugere a criação de um fundo para o corredor Tupi Mondé. Gilberto trabalha na coordenação técnica local da FUNAI de Ji-Paraná, fala que existe um documento sobre o assunto, que é **Povos Indígenas e REDD+ no Brasil: Considerações Gerais e Recomendações** e outra publicação denominada “**Diálogos interculturais (2010)**”, que devem ser observados. Demian fala que existem as recomendações mais específicas a respeito de REDD-regulamentação do tema, princípios acordados entre a FUNAI e MMA e a própria PNGATI. Beto complementa que é importante fazer políticas públicas em relação aos povos indígenas, e exigir isso junto ao governo e outros órgãos, como exemplo, o governo do Acre. Um dos desafios é encontrar investidores com responsabilidade sócio-ambiental, e outro, é desenvolver uma política pública estadual. Uma forma estratégica é desenvolver um projeto a nível de estado. Terminado o momento de perguntas para Beto, a programação prosseguiu com a palestra do Gilberto,

GESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO PNGATI

PALESTRANTE: GILBERTO BUENO- FUNAI/JI PARANÀ

Gilberto utiliza slides para a sua apresentação colocando que a política nacional de gestão territorial e ambiental de TIs, deve ser uma ferramenta controlada por indígenas. É importante que todos os indígenas tenham conhecimento sobre a PNGATI. Cita algumas afirmações consideradas como importantes à partir do evento, **a preservação da floresta reconhecida como um esforço dos povos indígenas; os benefícios da preservação da floresta não dizem respeito apenas aos indígenas, mas refletirão em todo o planeta; as terras indígenas como ilhas de preservação e ameaçadas; os povos indígenas saem à frente neste processo (na discussão de serviços ambientais e compensação); a floresta vigiada e guardada pelos povos indígenas; os serviços ambientais como instrumento para o fortalecimento da gestão territorial em terras indígenas.** A PNGATI é a política pública, conjuntos de ações, atividades desenvolvidas pelo estado visando assegurar os direitos dos povos indígenas na gestão ambiental e territorial de terras. A discussão se iniciou em 2005 e foi assinada em 05/07/2012 (dia do meio ambiente). Esse longo processo de discussão mostrou uma conquista construída pelos povos indígenas. Decreto presidencial nº 7747, tem como objetivo garantir e promover os direitos já conquistados de conservação e uso sustentável dos recursos das Terras Indígenas, valorização da cultura, fortalecimento da autonomia e manutenção de biomas (Garantir e promover a proteção, recuperação, conservação, e uso sustentável dos recursos dos territórios indígenas, para assegurar plenas condições de reprodução física dos povos indígenas e a integridade de seu patrimônio). Nas suas diretrizes deve perseguir o **reconhecimento, respeito e valorização da cultura e das organizações sociais e políticas dos povos indígenas; fortalecimento da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas; valorização dos conhecimentos, práticas e saberes tradicionais; consideração dos aspectos referentes às questões de gênero, geração e histórico de contato; uso e manejo sustentável de recursos naturais e manutenção dos ecossistemas dos biomas; e participação das comunidades nos processos de gestão de seus territórios, nos termos da Convenção 169 da OIT.** Entre essas diretrizes há uma que reconhece diretamente os direitos dos povos indígenas, XII - **reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais** em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas

terras, nos termos da legislação vigente. Objetivos específicos, Eixo I: Proteção territorial e dos recursos naturais; Eixo II: Governança e participação indígena; Eixo III: Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; Eixo IV: Prevenção e recuperação de danos ambientais; Eixo V: Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; Eixo VI: Propriedade intelectual e patrimônio genético; e Eixo VII: Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental: proteção TI e recursos naturais. Cada eixo tem várias ações, o Eixo II garante, e) promover a participação dos povos indígenas nos **fóruns de discussão sobre mudanças climáticas**. A PNGATI abre as portas para o protagonismo indígena, os indígenas decidem o que querem. Marcos comenta que os maiores obstáculos dos indígenas é o acesso a fonte de recursos, ainda falta autonomia para se dizer que há protagonismo. Atualmente o protagonismo indígena ainda é incipiente, porque ainda não fazemos, somos mandados. É necessário organizar. Gilberto continua, protagonismo é ação dos povos indígenas, e a política deve ser analisada. A experiência dos Amondawas, que colhem toneladas de arroz e peixe, e vendem no mercado todo o ano. Almir também comenta, o problema não está apenas na FUNAI, mas no próprio povo indígena . Atualmente podem existir vários planos, mas devem ser implantados pelos índios. O importante é sermos unidos e coordenar nossas ações, ninguém tem que fazer por nós. Temos que fazer juntos. Gilberto relembra comentários de alguns parentes presentes e diz, **O QUE ACONTECE NA TERRA INDIGENA É PERMITIDO PELOS PROPRIOS INDIGENAS**. Gasoda Suruí comenta: Nós aqui na região de Rondônia estamos terminando os módulos do formar PNGAT, durante o curso percebemos que é uma grande ferramenta para que nos preocupemos com o futuro do nosso território. Tentamos compreender que falta a participação da comunidade. Iniciou-se uma grande turma, agora já reduzida. Isso nos possibilita refletir se realmente nos preocupamos com nosso território. Nos ensina a propor ao governo aquilo que queremos. Arildo: Muitas vezes o protagonismo não acontece porque há manipulação, e a maioria não conhece seus direitos. E não brigamos por nossos direitos. E que usem esses conhecimentos aqui, para colocar isso em prática. Leonice Tupari: é importante para nós mulheres indígenas participar. Há falta de envolvimento por parte das mulheres. Elas devem vir com os homens, Eles devem apoiar as mulheres a buscar este entendimento. Essa luta também é das mulheres, não são só homens que moram nas aldeias. Wellington Gavião compartilha que os indígenas muitas vezes são responsáveis por correr atrás ou não dos seus direitos, aqui muitas pessoas sairão com entendimento sobre o tema e poderão ser formadores de opinião, acredito. Devemos juntos usar o PNGATI e as pessoas. Ter interesse em entender para compartilhar as informações.

PAINEL: PLANO DE TRABALHO DA COORDENADORIA DOS POVOS INDÍGENAS DA SEDAM.

PALESTRANTE: WELLINGTON GAVIÃO

O objetivo da fala foi expor o Plano de trabalho para 2014 da coordenadoria. A Coordenadoria visa apoiar os povos indígenas através de ações para beneficiar essas comunidades, e de construir políticas públicas voltadas para os indígenas respeitando as condições culturais e territoriais. Ele esclarece que foi criada a Coordenadoria dos povos indígenas e indicados os coordenadores. A ideia é construir uma política estadual em acordo com as necessidades dos povos indígenas. Há políticas públicas para atender as necessidades dos povos indígenas, o que é necessário é estruturar essa coordenadoria. O que se pode entender sobre o Plano de trabalho é: **em abril está programada o encontro dos corredores etnoambientais; discussão para fortalecimento de política de desenvolvimento econômico e sustentabilidade; importância de palestras sobre a questão indígenas para conscientizar os não índios sobre a cultura; a importância do trabalho a valorização ambiental; e importância do curso de segurança alimentar e saúde indígena.** Encerra o momento da apresentação e se passa para as perguntas. Marcos contribui: devemos promover o nosso protagonismo, não esperar apenas pelo estado e SEDAM. A Ivaneide também trás contribuição, que o movimento indígena está desarticulado, o Corredor Tupi Mondé está necessitando fortalecimento. É necessário unir o movimento à coordenadoria, e se juntar com o governo para efetivar o protagonismo. Almir sugere a necessidade de valorização dos técnicos indígenas, prepará-los para nos ajudar. É interessante **fazer um encontro dos nossos profissionais indígenas**, como nosso corpo técnico. Mas é necessário dividir as responsabilidades. O que é papel do governo ou do movimento. É necessário criarmos um plano de como queremos que o governo trabalhe conosco. Deve estar deixar claro também o papel de cada um. Realizar também um **encontro dos anciões (conhecimentos tradicionais e encontro dos profissionais indígenas)**. Wellington reafirma a proposta do Almir e agradece ao encerrar a palestra.

PAINEL: POLÍTICAS DE REDD E PSA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PALESTRANTE: ELIÉZER—COORDENADOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/SEDAM

Inicia a palestra destacando a importância do valor da natureza questionando: Quanto vale a natureza? Quanto vale o conhecimento tradicional em dinheiro? Tudo o que se pretende ganhar de incentivo pelo governo não vale tudo que existe na natureza. A floresta oferece água, plantas medicinais e entre outros. A política das mudanças climáticas começa a ser discutida no governo do estado em 2011, à partir do diálogo do terceiro setor. O governo começa a se inteirar dessas políticas de incentivo e compensação. Desde então, foi criado um fórum de discussão de Mudanças Climáticas em Rondônia. A tendência de redução do desmatamento precisa de investimento. Deve ter benefícios para manter a floresta em pé. Houve realização de oficinas geralmente patrocinadas pelo terceiro setor. A partir das oficinas vieram algumas recomendações: que fosse feito **um inventário da quantidade de emissões e maiores agentes poluidores; manter e criar áreas protegidas, quanto mais arvore em pé mais subsídios são ganhos; e arranjos Institucionais, que tipo de estrutura ou instrumento para que a política realmente aconteça.** Vieram as propostas de criação de programa dentro do governo, tais como, **programas de capacitação e fomento da agroindústria; programa de monitoramento e controle; programa de agropecuária de baixo carbono; programa de manejo florestal sustentável; programa de carbono; programa de educação ambiental; e programa de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.** À partir dessas recomendações e propostas de programas, o governo do estado quer criar documentos, assinou convenio com BNDES para consultas públicas, e quer apresentar uma proposta de construção de minuta de lei. E essa política deve atender a todos. Ao termino da apresentação Eliezer agradece e passa para o momento de questionamento e comentários. Almir comenta que precisa construir as políticas, formar parcerias com governo pois os índios dependem de parcerias.

O 2º dia da oficina terminou às 18.40hs.

3º dia

Manhã

A oficina teve inicio as 8.25hs com apresentação cultural do povo Arara. Depois da apresentação cultural, Wellington Gavião deu informações na língua Tupi-Mondé. O condutor do evento Chicoepab retomou, relembrando os temas que foram discutidos no dia anterior: **Mudanças climáticas:** naturalmente o clima muda, mas está mudando de forma muito exagerada e provocando destruições; **Compensação pos serviços ambientais:** por natureza os povos indígenas têm cuidado com a floresta, porque é sua morada. No decorrer do tempo a

cultura tem sofrido mudanças, principalmente no modo de pensar e viver. Por isso é necessário os povos indígenas discutirem como preservar, e ao mesmo tempo utilizarem esse mecanismo para geração de renda; **PNGATI**: política pública direcionada à gestão das terras indígenas, como usufruir e garantir serviços ambientais do território; **Discussão da política pública estadual direcionada a serviços ambientais**: a partir das experiências dos povos indígenas.

Após apresentar o resumo do dia anterior, seguiu-se a primeira palestra do dia:

PAINEL: CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

PALESTRANTE: BETO BORGES.

É um processo de tomada de decisão, maneira de decidir as coisas, e é reconhecido por leis internacionais e nacionais, como acordos internacionais, a Lei 169(OIT), que trata questão indígena; declaração das Nações Unidas com posicionamento sobre questão indígena: **Consentimento ou autorização é a maneira conjunta de decidir uma coisa, de fazer ou não. E livre por que, a decisão deve ser sem forçada com alguém ou por algo, com tempo suficiente (prévio) para informação e debates internos, também disponibilizando para acessar as informações (informado) debatidas, como por exemplo, traduzir para o idioma local.** E são garantidos na Constituição Federal de 1988, artigo 231 e no Estatuto do índio, 1973, artigo 24. Essas leis asseguram direitos aos povos indígenas para negociação ao mercado internacional. **Os projetos e programas de serviços ambientais em Terras Indígenas devem respeitar o Direito Constitucional ao: (i) uso exclusivo e o manejo sustentável das terras demarcadas e (ii) benefícios econômicos gerados pelo uso sustentável das terras.** Isso recentemente reforçado pela PNGATI os direitos do uso dos recursos naturais pelos indígenas nos seus territórios. Então salvaguardas sócio-ambientais seriam as maneira de evitar impactos negativos dos projetos para o meio ambiente e para as comunidade e garantindo benefícios a toda comunidade. No final da apresentação deixa recomendação, **os incentivos (políticas públicas, projetos, programa) por serviços ambientais para povos indígenas devem fortalecer suas práticas tradicionais, garantir a gestão e conservação de seus territórios, assegurando seus direitos garantidos pelo Constituição.** No momento de perguntas e comentários: Marcos Apurinã: o dever do governo (da FUNAI) é fazer consentimento prévio, livre e informado aos povos indígenas quando há projetos de empreendimento em suas terras para que próprios indígenas tomem decisões se

querem ou não. Wellington Gavião resume apresentação do Beto em Tupí-Mondé aos falantes.

PAINEL: REDD+ - O QUE É? O QUE NÃO É?

PALESTRANTE: HEBERTON BARROS - IDESAM

Inicia apresentando a instituição em que trabalha, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), que tem feito trabalho na área de mudanças climáticas e projetos de desenvolvimento de REDD, manejo florestal e desenvolvimento das políticas públicas. Falou que o ponto principal aqui é contar a primeira experiência que tem participado como parceiro no projeto de REDD em terra indígena. O principal fator das mudanças climáticas é fumaça, vindo de queimas de combustível, pelos carros, indústrias e desmatamento. A ideia agora é recompensar as pessoas que preservam a floresta (isso é direito de quem preserva), por meio de um instrumento chamado REDD. Então o **objetivo da implementação de projetos de REDD é reduzir as mudanças climáticas diminuindo o desmatamento e a degradação florestal e o que mais? Geração de renda, valorização cultural e espiritual e manter a floresta em pé e rica.** Na maioria dos casos a cultura indígena tem muita relação com a floresta. Isso traz oportunidades para terras indígenas como, **manutenção e incremento de serviços ambientais e conservação; fortalecer a demarcação e a gestão territorial (traz autonomia aos povos indígenas); diminuir a pressão que vem de fora da terra indígena; geração de novos empregos e renda; aproveitamento sustentável de recursos e produtos florestais/naturais; melhor distribuição da renda; e manter os meios de vida tradicionais.** Esse conjunto visa fortalecer a cultura e identidade indígena (os mais jovens querem praticar a cultura e querem ser índios). E relata processos de elaboração e execução de projetos, não apenas projeto de REDD, mas qualquer projeto que pode ser elaborado a partir do serviço ambiental (definir plano de atividades, definir a área do projeto, estudo e levantamento de informações e desenhar estrutura do projeto). O Projeto estando pronto, buscar financiador, empresa privada ou próprio governo (fundos públicos). O maior fluxo da madeira do Brasil está concentrado em Rondônia e Pará. E o projeto apresenta **alguns riscos, tais como, aproveitamento de benefícios somente por elites, gerar conflitos de interesses entre o povo e garantir a preservação da floresta que foi garantida,** como também há desafios, **negociar os diferentes interesses dentro da comunidade, achar compradores, principalmente na fase inicial, planejamento na execução do projeto, definir as ações prioritárias e definir a**

repartição dos benefícios. Abre para questionamentos após a apresentação: Marcos Apurinã: reafirma que objetivo do evento não é incentivar os povos indígenas para aceitar proposta de projeto, mas sim esclarecer o que é errado e certo no projeto. Muitas vezes cobramos nossos parceiros de falar o que negativo e positivo em um projeto como este. E está aqui o resultado.

Intervalo: 10h50m

PAINEL: EXPERIÊNCIA E REFLEXÕES DO POVO PAITER SURUÍ NO PROJETO DE CARBONO FLORESTAL SURUÍ

PALESTRANTE: ALMIR NARAYAMOGA SURUÍ

Outros Paiter Suruí foram convidados à mesa para participar do debate. Ele diz que o projeto de CARBONO FLORESTAL SURUÍ faz parte do plano de 50 anos do Povo Paiter Suruí.

Não tem como falar do projeto sem falar na história do povo. Assim relata o momento histórico do contato, da abertura da BR 364, da imigração da população de Rondônia, do desenvolvimento do estado sem planejamento, do conflito na TI (dos colonos, dos madeireiros, dos meeiros e dos arrendadores) e do incentivo da própria FUNAI da retirada ilegal de madeira nas terras indígenas na década 80. Esses foram motivos suficientes para o povo pensar buscar alternativa de projetos sustentáveis. Primeiro tinham que fazer diagnóstico do território, verificar riqueza que tem o território. Mais à frente o diagnóstico se torna como Plano de Gestão (como usufruir de forma sustentável os recursos naturais, serviço ambiental). A ideia é fazer gestão da terra com responsabilidade. O projeto de Carbono Florestal Surui foi construído a base da doação. Por essa razão levou anos para concluir. Para construir um projeto de carbono é necessário todos estarem unidos como povo, e depois ter diálogo transparente com os parceiros e principalmente com o governo (a FUNAI). Enfrentaram desafios na construção e agora serão outros desafios na execução. Júlio Surui comenta que hoje desafios são maiores. As ambições das pessoas podem aumentar porque agora existem recursos. As pessoas podem querer gastar o dinheiro de qualquer forma, sem utilizar o planejamento que havia construído. Gasodá Suruí cumprimenta dizendo que os estudos feitos no território foram ferramentas importantes para uso do território, como Diagnóstico, Etnozoneamento, Plano de castanha, Plano de artesanato e Plano de turismo entre outros. Poderão no futuro contribuir para projetos de crédito de carbono. O projeto de crédito de carbono é um dos projetos que está para executar entre outros, quais foram identificados através dos estudos. Arildo Suruí fala que o projeto foi construído em conjunto com os parceiros, a ideia é do povo e a parte técnica dos parceiros. João Lawad Suruí se apresenta como coordenador a Associação Instituto Florestal. Chicoepab comenta que existe uma coisa

por trás do dinheiro, que pode trazer coisas negativas e positivas. Na maioria das situações os povos indígenas têm dificuldades de lidar com o dinheiro, até por que era um elemento desconhecido no seu dia-a-dia antes do contato. Perguntas e comentários. Fermino questiona como é repassado o benefício do projeto as comunidades? Agnaldo Tupari pergunta se o planejamento da gestão do território pode ajudar a diminuir a ambição dos políticos sobre as terras indígenas. Almir Suruí responde que a distribuição dos recursos está se baseando no Plano de Gestão da TISS que é o Plano de vida do povo Paiter Suruí. São temas prioritários para aplicação dos recursos do projeto: proteção territorial, fortalecimento institucional e geração de renda. Júlio: os planos são monitorados e executados pelas associações, por sua vez associações são monitorados pelo sistema de governança do Povo Paiter Suruí. Respondendo a segunda pergunta: com certeza é um instrumento importante para as pessoas refletirem como os povos indígenas têm responsabilidade na gestão dos seus territórios. Por que o plano não prevê apenas benefícios aos povos indígenas. No futuro isso poderá beneficiar ou contribuir o país a desenvolver a política ambiental, produção e social e assim alcançar os povos indígenas com o entendimento que as terras indígenas têm potencialidade de contribuir para essas políticas. Chicoepab agradece aos Paiter Suruí e encerra o período da manhã às 12h40min, intervalo de 1h20min para almoço (previsão de retorno 14h00min).

As atividades da oficina retornaram às 14h00min. Mariazinha Yawanawa é convidada para fazer sua apresentação cultural. Após apresentação cultural Chicoepab convida Taska Yawanawa para **falar da experiência do seu povo sobre projetos sustentáveis** no estado do Acre. Ele fala da semelhança da cosmologia indígena, sobre os espíritos, sobre os doentes da aldeia, quando há doente na aldeia, há a indagação sobre os sonhos, dependendo do sonho pode-se saber o tipo da doença, se física ou mental, nisso começa a pajelança, para a cura, se da alma usa-se ervas medicinais, se não, começa a reza. Taska fala sobre a venda de urucum para Aveda, e do incentivo a venda deste material aos franceses. Logo perceberam que a pessoa estava mais interessada em valores monetários, mais do que a preocupação ambiental. Os Yawanawa vivem em 200.000 hectares de terra e dependem inteiramente da floresta. Conta sobre o pai dele, caminhando na floresta. Quando perdeu o pai, lembrou-se das caminhadas na floresta, e também afirma que a floresta é sua casa. E diz que faz tudo para que o povo não caia na tentação de usar seus recursos indevidamente, por isso optaram pelo uso do urucum, afirma ainda que o dinheiro ganho as vezes é bom ou as vezes é ruim, se não se sabe usar. Fala também da venda da imagem do povo para a empresa Aveda que paga 100.000 dólares para usar essa imagem. Com esse dinheiro promovem o fortalecimento da

cultura, e educação. Também a formação de pajelança afirmando que essa prática não pode ser perdida. Fala sobre a espiritualidade e da permissão das mulheres a pajelança. Vê a mudança das mulheres após se isolarem. Isso traz de volta os cantos, os desenhos. Fala também da quebra de tabus e de usar a cultura para fortalecimento do território. Fala do etnozoneamento, e do pedido de ampliação da área, com sucesso, pois haviam ficado fora dos limites, muitos lugares importante. Eles não esperam pelo governo, mas lutam por seus direitos. Estão começando um projeto de pagamento por serviços ambientais. Há muitos contra, e outros a favor. O governo apóia os serviços ambientais, mas há controvérsias, pois este mesmo governo cria um poço de gás próximo de terras indígenas, mas o povo sempre corre atrás de defender seus direitos. O governo utiliza o nome do povo para conseguir financiamento, mas esses recursos não são revertidos para o povo. A assessoria indígena do Acre não é eficiente, diferente daqui, onde correm atrás. Quando pensaram o projeto de serviços ambientais, vão fazer mesmo sem ajuda do governo. foi proposto a Aveda. Fala da dificuldade da falta de unidade entre o povo, que na maioria não quer saber da política do homem não indígena, e diz que tenta a interação na política com o povo para ser aceito pelo não índio precisa da participação do povo, pois não entenderiam o governo, ONGs, se não tivesse essa participação de todos. Pensar no futuro, para benefícios do povo, é difícil. O povo pensa no presente, mas na atual situação é necessário pensar no futuro. Não há dinheiro que pague os nossos conhecimentos tradicionais. Muitas doenças do mundo poderiam ser curadas. Temos vários remédios para fertilização e outros. Não há dinheiro que compre e é justo sermos compensados por todos os benefícios que já prestamos ao meio ambiente e a sociedade. Ele fala que os países industriais poluem, enquanto os povos da floresta limpam o ar, preservando a floresta. Logo precisam receber por estes serviços. Há um diga que os indígenas estão se tornando capitalista, mas na verdade não é. Há uma organização que faz campanha contra o REDD e o PSA. Fala da campanha contra REED, mas outros programas se sobressaem. Houve quem disse que os indígenas eram contra o REED, mas Thaska afirma que os indígenas precisam de mais liberdade para fazer suas escolhas. Fala sobre o GT criado no Acre para orientar o povo para as tomadas de decisão corretas, realizando as oficinas. A experiência do povo em parceria com Aveda pode inspirar outros povos a fazerem o mesmo. Fala em tirar esse terrorismo que os projetos de REDD não trará benefícios. Mas concorda que há também projetos ruins. Fala que não deve acomodar aos projetos que deram certo, mas sempre buscar o fortalecimento do povo continuamente. Fala da importância do registro do conhecimento na língua, para não haver perdas de historias e culturas. É importante também a capacitação do povo. Não há mais como fugir da tecnologia dos ocidentais. Isso ajuda o povo

na comunicação e outros e faz um favor aos índios. Também é importante que o povo tenha poder de decisão. Momento de questionamentos e comentários: Almir questiona quais são os desafios que ainda existem, além dos avanços. Taska responde: o maior desafio é falta de recursos. Os povos indígenas têm os recursos naturais, mais ainda faltam recursos financeiros, porque qualquer tipo de projeto envolve um estudo, também o desafio é a unidade do povo em prol dos objetivos. Sempre digo que temos que continuar com a visão, a ideia não pode morrer, têm que dar continuidade às ideias. Fala que o governo é a favor do povo até que não contrariem seus interesses, depois disso não há mais ajuda. Mas podem discordar das nossas idéias, mas não pode dizer que ela esta errada, pois devemos fazer as coisas bens feitas, com cuidado para fazer trabalho bem feito, lento, mas conseguir nossos objetivos.

Encerra última palestra do evento com a experiência do povo Yawanawa sobre serviços ambientais às 15h00min com intervalo de 10 minutos para retornar com encaminhamento dos próximos passos do projeto.

No retorno da oficina foram discutidos os próximos passos à partir da oficina: **a) oficina para aprofundamento do tema e validação da cartilha com participação uma pessoa de cada povo do corredor; b) elaboração da cartilha sobre serviços ambientais com a linguagem compreensível e distribuição para as associações dos povos indígenas do corredor Tupi-Mondé com responsabilidade de repassar as suas comunidades; c) oficina com produtores rurais e municípios locais, inserindo a participação do Estado; d) intercambio entre entes federativos (estado, MP e municípios) e povos indígenas; e) participação indígena nas 5 consultas públicas para a formulação da lei estadual de mudanças climáticas e serviços ambientais; e f) levantamento situacional dos Planos de Gestão do Corredor Tupi Mondé.**

Abriu-se um momento para sugestões sobre as propostas apresentadas. Almir sugeriu incluir o estado e MPF (entre os indígenas de outros estados e estado para estado (interfederativos), por exemplo, estado do Acre com Rondônia), além dos produtores e municípios. Outra proposta a ser inserida, elaboração do diagnóstico do corredor Tupi-Mondé. Nada mais a comentar, a oficina prosseguiu para finalização com a sugestão de que cada pessoa ao receber o certificado da oficina, resumisse com uma palavra os 3 dias do encontro, seguida de apresentação cultural do povo Paiter Suruí. Palavras citadas pelos participantes: **construção,**

força, união, experiência, integração, conhecimento, aprofundar mais, vitória, fortalecer, protagonismo, compromisso e etnobiodiversidade.

CONSIDERAÇÕES AVALIATIVAS

Consideradas pequenas alterações no decorrer do desenvolvimento da agenda, podemos afirmar que a oficina atingiu o objetivo a que se propôs. O número de participação atingiu os níveis desejados e a diversidade de povos convidados. O tempo estimado para a oficina foi suficiente para a apresentação dos temas propostos, embora os horários definidos tenham sido alterados em função de que algumas apresentações necessitaram mais tempo que outras;

Considerando um conceito mais amplo de Corredor Etno Ambiental, além dos povos que vivem nos limites físicos do que comumente se considera Corredor Tupi Mondé, ou seja: Arara (Karo), Gavião (Ikolen), Suruí(Paiter), Cinta Larga e Zoró(Pangjej), participaram também os povos vizinhos a esses limites, como representantes dos diversos povos remanescentes que vivem na Terra Indígena Rio Branco (9 diferentes povos), na Terra Indígena Kwazá (povo Kwazá), na Terra Indígena Mequéns (Sakirabiar e Aikanã);

Os participantes indígenas tiveram uma participação ativa tanto como apresentadores de alguns painéis quanto com observações, intervenções, sugestões e interrogações;

As acomodações do Centro de Formação foram suficientes para o número de participantes e a logística atendeu as necessidades no que diz respeito a transporte dos indígenas não ocorrendo imprevistos nos dias em que foi realizada a oficina;

PROXIMOS PASSOS:

- a) oficina para aprofundamento do tema e validação da cartilha com participação uma pessoa de cada povo do corredor;**
- b) elaboração da cartilha sobre serviços ambientais com a linguagem compreensível e distribuição para as associações dos povos indígenas do corredor Tupi-Mondé com responsabilidade de repassar as suas comunidades;**
- c) oficina com produtores rurais e municípios locais, inserindo a participação do Estado;**
- d) intercambio entre entes federativos (estado, MP e municípios) e povos indígenas;**

e) participação indígena nas 5 consultas públicas para a formulação da lei estadual de mudanças climáticas e serviços ambientais; e

f) levantamento situacional dos Planos de Gestão do Corredor Tupi Mondé.

FORMAS DE VERIFICAÇÃO:

Listas de presença

Fotos

Relatório